



IV UniSIAE - Semana Integrada de Agronomia, Análise em Desenvolvimento de Sistemas, Arquitetura e Urbanismo e Engenharias

ESPAÇO VIVO DE TROCAS SOCIAIS, HUMANAS E FÍSICAS: MERCADO DO PRODUTOR EM CARAMBEÍ - PR.

Ana Julia Vieira e Gabriela Kratsch Sgarbossa

RESUMO

A valorização da produção local e da agricultura familiar ganhou centralidade no debate urbano contemporâneo. Nesse contexto, este trabalho apresenta o anteprojeto do Mercado do Produtor de Carambeí (PR) como equipamento público voltado a qualificar a comercialização direta, fortalecer a convivência comunitária e reafirmar a identidade cultural do município. Como desdobramento, são consolidadas diretrizes programáticas e operacionais e requisitos de gestão alinhados a políticas públicas, orientando a implementação de um mercado capaz de encurtar cadeias de comercialização, ampliar a renda e dinamizar o espaço público. A proposta é apresentada na forma de anteprojeto, acompanhada de peças gráficas que demonstram sua viabilidade urbana e social.

Palavras-chave: Mercados públicos. Agricultura familiar. *Placemaking*.

LIVING SPACE OF SOCIAL, HUMAN, AND PHYSICAL EXCHANGES: PRODUCER MARKET IN CARAMBEÍ, PR.

ABSTRACT

The valorization of local production and family farming has moved to the forefront of contemporary urban debate. In this context, this study presents the preliminary design for the **Carambeí (PR) Producer Market** as a public facility aimed at enhancing direct sales, strengthening community life, and reaffirming the municipality's cultural identity. As an outcome, programmatic and operational guidelines, along with management requirements aligned with public policies, are consolidated to guide the implementation of a market capable of shortening supply chains, increasing income, and energizing the public realm. The proposal is presented as a preliminary design, accompanied by drawings and visual materials that demonstrate its urban and social feasibility.

Keywords: Family farming. Placemaking. Public markets.

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea exige um olhar sensível e multidimensional sobre as formas de ocupação, convivência e desenvolvimento urbano. Nesse contexto, os mercados públicos despontam como equipamentos estratégicos que articulam economia, cultura e sociabilidade. Mais do que meros centros de abastecimento, esses espaços funcionam como territórios simbólicos nos quais se entrelaçam saberes tradicionais, práticas cotidianas e vínculos comunitários. Autores clássicos como Jane Jacobs e Jan Gehl ressaltam a importância de ambientes urbanos capazes de fomentar encontros espontâneos entre as pessoas, fortalecendo o senso de pertencimento e a vitalidade das cidades.

O município de Carambeí, no estado do Paraná, constitui um exemplo significativo dessa articulação entre economia local e sociabilidade urbana. Fundada oficialmente em 1911 como ponto de parada de tropeiros, o município teve sua identidade moldada pela colonização de imigrantes holandeses e pelo desenvolvimento de um modelo cooperativista, notadamente por meio da Cooperativa Batavo (atual Frísia). A agricultura familiar e o associativismo consolidaram-se como pilares da economia local, conferindo a Carambeí uma vocação produtiva que se mantém até os dias atuais. Atualmente, estima-se que existam no município 446 estabelecimentos rurais, distribuídos em uma área de aproximadamente 64 mil hectares, dos quais cerca de 51% (227 propriedades) são classificados como de agricultura familiar, com média de 8 hectares cada. Esse panorama evidencia o peso dos pequenos produtores na estrutura socioeconômica carambeense e a importância de espaços que valorizem sua produção.(IDR-PR, 2021)

Nas últimas décadas, Carambeí vivenciou um acelerado processo de transformação urbana e crescimento econômico. Entre 2022 e 2023, o município registrou um aumento de 314% no saldo de empregos formais, impulsionado pela instalação de novos empreendimentos que somaram cerca de R\$1 bilhão em investimentos. A população local alcançou aproximadamente 24 mil habitantes (IBGE 2024) nesse período, refletindo um crescimento demográfico que demanda investimentos em infraestrutura e espaços de convivência. Contudo, esse

dinamismo contrasta com a escassez de espaços públicos qualificados voltados à interação comunitária, à valorização cultural e ao escoamento da produção local.

Além da carência de locais adequados para a convivência e a comercialização direta, os pequenos produtores enfrentam pressões crescentes diante desse desenvolvimento. A valorização das áreas rurais adjacentes por grandes investimentos tem levado muitos agricultores a venderem suas terras e abandonarem a atividade, fenômeno identificado como "gentrificação rural", que ameaça a continuidade da agricultura familiar no município. Ademais, a ausência de canais eficientes de venda e de infraestrutura apropriada para o escoamento da produção agrava as dificuldades de inserção dos pequenos produtores no mercado, comprometendo a visibilidade e a viabilidade econômica da produção familiar. Tais desafios evidenciam a necessidade de intervenções que integrem o meio rural à dinâmica urbana, fortalecendo os laços entre produtores e consumidores locais.

Embora Carambeí apresente indicadores positivos de crescimento econômico e expansão urbana, a cidade ainda revela fragilidades significativas no que diz respeito à oferta de espaços públicos de qualidade voltados à convivência, ao lazer e à valorização das práticas locais. As poucas praças e parques existentes no município são, em sua maioria, implantados em terrenos residuais, áreas remanescentes da urbanização que não foram previamente planejadas para essa finalidade. Esses espaços carecem de infraestrutura adequada, apresentando mobiliário urbano mínimo ou ausente, pouca ou nenhuma iluminação pública e falta de equipamentos de lazer, esporte ou cultura que estimulem o uso cotidiano pela comunidade. Segundo o Plano Diretor Municipal, vigente desde 2007, uma das diretrizes urbanísticas é justamente a implantação de praças, parques e áreas verdes em todos os bairros, com o objetivo de “adequar o espaço natural à vida urbana” e garantir “espaços livres de uso público que favoreçam o lazer e a integração social” (Carambeí, 2007). No entanto, passados mais de 15 anos da promulgação dessa legislação, nota-se um baixo grau de implementação dessas diretrizes, o que compromete a efetividade do planejamento urbano e revela a permanência de uma lacuna estrutural na oferta de espaços de convivência.

Além disso, a análise orçamentária recente reforça esse diagnóstico. Conforme o Projeto de Lei nº 54/2024, referente à Lei Orçamentária Anual para

2025, foram destinados apenas R\$ 545.000,00 à construção e reforma de praças, parques e portais, o que representa apenas 0,25% do orçamento total previsto para o município (Câmara Municipal de Carambeí, 2024). Tal investimento é claramente insuficiente frente à necessidade crescente da população por espaços de lazer e socialização, sobretudo em uma cidade que experimenta expansão urbana e aumento demográfico constante.

Diante desse quadro, a criação de um Mercado do Produtor em Carambeí desponta como uma iniciativa estratégica para articular desenvolvimento econômico, fortalecimento social e sustentabilidade territorial. Inspirado em experiências urbanas bem-sucedidas e no pensamento de autores como Jacobs e Gehl, esse mercado público é concebido não apenas como um espaço de comercialização, mas como um centro vivo de convivência, cultura e identidade local. Segundo Freitas (2012), os mercados públicos desempenham um papel multifuncional nas cidades, indo além da função comercial ao se constituírem como espaços de sociabilidade, prática cultural e memória coletiva. Assim, a implantação de um mercado de produtores em Carambeí pode contribuir significativamente para valorizar a agricultura familiar, gerar renda e requalificar os espaços públicos, alinhando-se às demandas contemporâneas por cidades mais humanas e integradas.

Este estudo visa à elaboração do anteprojeto do Mercado do Produtor de Carambeí-PR, sustentado por estudos urbanos, sociais, históricos e produtivos, para fortalecer a agricultura familiar, valorizar a produção local e criar um espaço de convivência. Para isso, investiga o papel da agricultura familiar e dos mercados públicos no Brasil, analisa a formação histórica e econômica de Carambeí e referencia casos projetuais semelhantes. Realiza ainda o diagnóstico físico-urbanístico do terreno (localização, acessibilidade, legislação, clima, topografia, insolação, infraestrutura e entorno) e pesquisa de campo com moradores e produtores. Ao final, desenvolve um projeto arquitetônico funcional, inclusivo e sustentável, alinhado às necessidades da comunidade e à dinamização urbana.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo foi estruturado em etapas encadeadas: pesquisa documental e bibliográfica, pesquisa de campo por formulário eletrônico, estudo de correlatos, leitura e definição do terreno, desenvolvimento de conceito e partido, e, por fim, elaboração do anteprojeto. Essa sequência metodológica buscou articular fundamentos teóricos, evidências empíricas e condicionantes físico-ambientais, garantindo que as decisões projetuais resultassem de um processo cumulativo e verificável.

Na pesquisa documental e bibliográfica, levantaram-se dados qualitativos e quantitativos sobre agricultura familiar, mercados públicos e desenvolvimento urbano, com base em literatura acadêmica, estatísticas oficiais e documentos institucionais. O objetivo foi compreender, de forma abrangente, as necessidades dos usuários e as condicionantes políticas, legais e normativas ligadas ao abastecimento (PRONAF, PAA, PNAE, PNRS e ABNT NBR 9050), além do contexto socioeconômico de Carambeí. Em seguida, realizou-se pesquisa de campo por meio de formulário eletrônico direcionado à comunidade local, com foco em produtores familiares, empreendedores e representantes do poder público. O instrumento coletou percepções sobre a criação do Mercado do Produtor, demandas prioritárias e expectativas de uso; ao todo, foram obtidas 47 respostas, analisadas por estatística descritiva (frequências e proporções) e por análise temática das questões abertas, insumos que subsidiaram diretamente o programa de necessidades e as diretrizes operacionais.

No estudo de correlatos, examinaram-se três referências projetuais de mercados (um caso nacional e dois internacionais) para identificar soluções consolidadas. Avaliaram-se a disposição e o dimensionamento dos ambientes, a setorização dos espaços, os fluxos de usuários e de operação, a volumetria e a materialidade arquitetônica. Como diretriz conceitual, adotou-se a tríade vitruviana, *Firmitas* (solidez), *Utilitas* (funcionalidade) e *Venustas* (beleza), permitindo uma abordagem integradora que orientou o equilíbrio entre qualidades técnicas, práticas e estéticas. A partir dessa lente, sistematizaram-se boas práticas e alertas críticos, convertidos em requisitos claros e verificáveis para o desenvolvimento do projeto.

A leitura e definição do terreno, apoiadas em visitas *in loco*, levantamento fotográfico e coleta de dados do sítio (dimensões, acessos,

infraestrutura instalada, usos do entorno, cheios e vazios, equipamentos urbanos, condição viária, orientação solar, ventos dominantes e arborização), permitiram identificar potencialidades, como visibilidade, conectividade e sinergias com usos vizinhos, e fragilidades, a exemplo de conflitos de tráfego e barreiras físicas. Com base nos estudos iniciais, definiram-se os parâmetros de funcionamento do equipamento (programa de necessidades, dimensionamento, setorização funcional, organofluxograma, acessibilidade universal e segurança sanitária, além de critérios de desempenho ambiental e operacional) e consolidaram-se o conceito e as diretrizes do conjunto na etapa de Estudo Preliminar.

Por fim, elaborou-se o anteprojeto, com plantas, cortes, fachadas, implantação, detalhamentos seletivos, perspectivas e maquetes físicas e digitais; a checagem cruzada entre peças gráficas e matriz de requisitos assegurou coerência interna, aderência às demandas identificadas e consonância com a tríade vitruviana.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agricultura familiar constitui um dos pilares da sustentabilidade socioeconômica e ambiental no Brasil. Os recursos naturais essenciais à vida permanecem majoritariamente ancorados no espaço rural e sua apropriação é mediada por arranjos institucionais e por diferentes atores, públicos e privados, que definem regimes de acesso e uso. Nesse contexto, a agricultura familiar mantém lugar central não apenas como produtora de alimentos básicos, mas como guardiã de patrimônios culturais, saberes e diversidade ecológica dos territórios (FAO, 2014; Wanderley, 1999). Ainda que a urbanização e a industrialização tenham se intensificado nas últimas décadas, a agricultura, por sua complexidade produtiva e encadeamentos com a vida urbana, conserva papel estratégico na economia e demanda instrumentos estáveis de regulação e fomento (Rangel, 2000).

A consolidação de políticas públicas voltadas ao segmento ganhou densidade a partir da redemocratização, quando reivindicações sociais inscreveram a agricultura familiar na agenda governamental. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, estruturou linhas de crédito e assistência técnica específicas (Brasil, 1996). Em 2006, a Lei nº 11.326 definiu critérios e diretrizes, reconhecendo a centralidade do trabalho familiar, a gestão autônoma e a renda oriunda do próprio estabelecimento,

incorporando povos e comunidades tradicionais e outras formas de produção de base familiar (Brasil, 2006). No plano das compras públicas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) aproximaram a produção familiar dos mercados institucionais, enquanto, nos âmbitos estadual e municipal, instrumentos como o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte do Paraná (SUSAF/PR) viabilizam a circulação de produtos de agroindústrias familiares mediante inspeção sanitária, ampliando possibilidades de renda e formalização (SEAB/PR, 2024). Para que esse arcabouço normativo se traduza em presença cotidiana na cidade, são imprescindíveis infraestruturas de comercialização estáveis, legíveis e reguladas, equipamentos que conectem campo e bairro, reduzam intermediações e qualifiquem a experiência de compra para quem produz e para quem consome.

Os dados estruturais confirmam essa centralidade. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros são familiares, ainda que ocupem cerca de 23% da área total, respondem por parcela expressiva dos alimentos básicos, feijão, leite, mandioca, milho e hortaliças, sinalizando eficiência territorial e relevância social (IBGE, 2017). Estudo recente indica que, em 2023, o país somava 3,9 milhões de estabelecimentos familiares (novamente cerca de 77% do total) e que 90% da base econômica dos municípios com até 20 mil habitantes dependia desse segmento (Santos et al., 2023). No Paraná, 81,6% dos 371.051 estabelecimentos são de base familiar, distribuídos em 27,8% da área, com forte presença em feiras, mercados e cooperativas agroindustriais que moldam a economia regional e a identidade rural (Hauresko; Théry, 2017; Graziano da Silva, 2002). Esse quadro, no entanto, explicita a dualidade produtiva brasileira, cadeias de larga escala convivendo com produção diversificada familiar, e evidencia desafios persistentes de acesso à terra, à renda e aos mercados, especialmente para pequenas propriedades (Hauresko; Théry, 2017).

No plano técnico-produtivo, a literatura destaca a afinidade entre agricultura familiar e princípios da agroecologia, com valorização de saberes locais, uso parcimonioso de insumos externos, manejo de paisagens e estratégias de resiliência frente a crises climáticas e de mercado (Altieri, 2004). Em cadeias cada vez mais globalizadas, experiências de baixo impacto e a preservação de manejos

tradicionais revelam a capacidade de conciliar conservação e produção, desde que apoiadas por políticas sanitárias, logísticas e comerciais que respeitem ritmos, sazonalidades e escalas locais (FAO, 2014; Hauresko; Théry, 2017).

O tema dos mercados municipais se insere exatamente nessa confluência entre abastecimento, cultura e vida pública. Desde as *ágoras* e fóruns até as praças de feira medievais, o comércio urbano articulou trocas materiais com sociabilidade. A partir do século XVIII, e sobretudo no XIX, exigências de higiene, racionalidade e previsibilidade transformaram feiras efêmeras em edifícios permanentes de mercado, com estruturas metálicas, grandes vãos e ventilação, integrados a redes de suprimento urbano e conformando uma urbanidade de funções especializadas (Pintaudi, 2006). Ao longo do século XX, a expansão de supermercados e formatos padronizados reconfigurou hábitos de consumo, mas não eliminou a relevância dos mercados públicos, que permaneceram como infraestruturas de proximidade, ancoradas em vínculos de confiança e na qualidade sensorial dos alimentos frescos.

A partir das últimas décadas do século XX, as críticas ao comércio padronizado e à perda de identidade urbana revalorizaram os mercados como dispositivos de regeneração urbana. Nesses espaços, a reciprocidade do “dar e receber” estrutura relações de confiança e reconhecimento entre produtores e consumidores (Mauss, 2012). Os mercados operam como ‘*lócus*’ de convivência que aproximam classes e grupos, fortalecendo laços sociais e diversidade de usos (Lopes; Vasconcellos, 2010). A literatura urbana lembra que a vitalidade da cidade decorre do encontro entre funções e da escala humana: bordas ativas, transições porosas entre público e privado, calçadas confortáveis e visuais desobstruídos favorecem encontros espontâneos e sensação de pertencimento (Jacobs, 2011; Gehl, 2013). Nessa chave, o mercado público contemporâneo não é apenas um edifício: é uma peça de urbanidade, cuja inserção no tecido, programa e desenho qualifica o cotidiano.

Para a agricultura familiar, mercados permanentes constituem infraestrutura crítica dos circuitos curtos de comercialização. Ao reduzir intermediações, custos de transação e incertezas de escoamento, esses equipamentos ampliam a apropriação de valor pelos produtores e diversificam canais de renda (Bergamasco; Norder, 2007). Para os consumidores, criam acesso regular a alimentos frescos, de origem conhecida, com potencial de preços justos e

práticas de educação alimentar, agregando serviços como cozinhas-escola, espaços para cursos e programação cultural (Lopes; Vasconcellos, 2010). A efetividade, contudo, depende de governança clara (modelo de gestão, regras de uso e rotatividade de boxes, curadoria sanitária e de qualidade, integração com compras públicas), conforto ambiental (ventilação cruzada, iluminação zenital difusa, sombreamento e proteção a chuvas oblíquas), acessibilidade universal em consonância com a NBR 9050 e gestão de resíduos alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos, com triagem na fonte, áreas técnicas adequadas e logística reversa (Brasil, 2010; Gehl, 2013). A incorporação de estratégias de rastreabilidade e sinalização didática, sobre procedência, sazonalidade e boas práticas, reforça transparência e amplia o caráter pedagógico do equipamento, aproximando políticas setoriais do cotidiano das famílias.

No Paraná, a forte incidência de estabelecimentos familiares e a tradição de cooperativismo agroindustrial sustentam arranjos territoriais integrados e trajetória de inovação produtiva.

Em Carambeí, a colonização holandesa e a coesão cooperativa articularam, ao longo do século XX, produção primária, processamento e mercados, irradiando efeitos econômicos e urbanos para a região (Kooy, 1986; Sato, 2008; Onofre; Rosas, 2017). A fundação e o amadurecimento da cooperativa, de Batavo à atual Frísia Cooperativa Agroindustrial, estruturaram cadeias do leite e de grãos, geraram empregos e sedimentaram uma cultura de organização produtiva.

Nas últimas décadas, investimentos de grande porte e crescimento populacional elevaram a pressão sobre o solo e valorizaram áreas rurais adjacentes, com riscos de gentrificação rural e descontinuidade de práticas familiares, exigindo políticas de ordenamento territorial e instrumentos de proteção de atividades tradicionais (AEN, 2024; IBGE, 2024; Santos; Almeida, 2024). Em paralelo, observa-se déficit de espaços públicos qualificados e uma rede de praças e passeios ainda insuficiente para sustentar a convivência cotidiana e dar visibilidade à produção local.

Em síntese, sob a lente de Jane Jacobs e Jan Gehl, o mercado municipal deve ser entendido como uma peça de urbanidade que produz encontros, confiança e vitalidade cotidiana. Para Jacobs (2011), a cidade se faz nas bordas ativas, nas calçadas vivas e na diversidade de usos que garantem “olhos da rua” ao longo do dia. Mercados intensificam esse “balé” urbano ao sobrepor ritmos, públicos

e motivos de deslocamento, criando redundâncias de presença que alimentam segurança informal, curiosidade mútua e aprendizado social. Na perspectiva de Gehl (2013), a qualidade urbana emerge do que acontece “entre” os edifícios: quando o ambiente convida à permanência, atividades necessárias, opcionais e sociais se encadeiam, convertendo transações em convivência. Nesse enquadramento teórico, mercados não apenas distribuem alimentos: distribuem atenção, reconhecimento e sentido de lugar. (Jacobs, 2011; Gehl, 2013)

Assim, para converter esse referencial teórico e o diagnóstico local em diretrizes operacionais, ainda com o objetivo de compreender a arquitetura de mercados de produtores e equipamentos afins, foram estudados três projetos análogos, um nacional e dois internacionais. Neles, analisaram-se ficha técnica, contexto urbano, materialidade, implantação, organização dos ambientes, programa e volumetria (Figura 01), produzindo uma base comparativa de boas práticas e pontos de atenção para o anteprojeto.

Figura 01 – Quadro comparativo

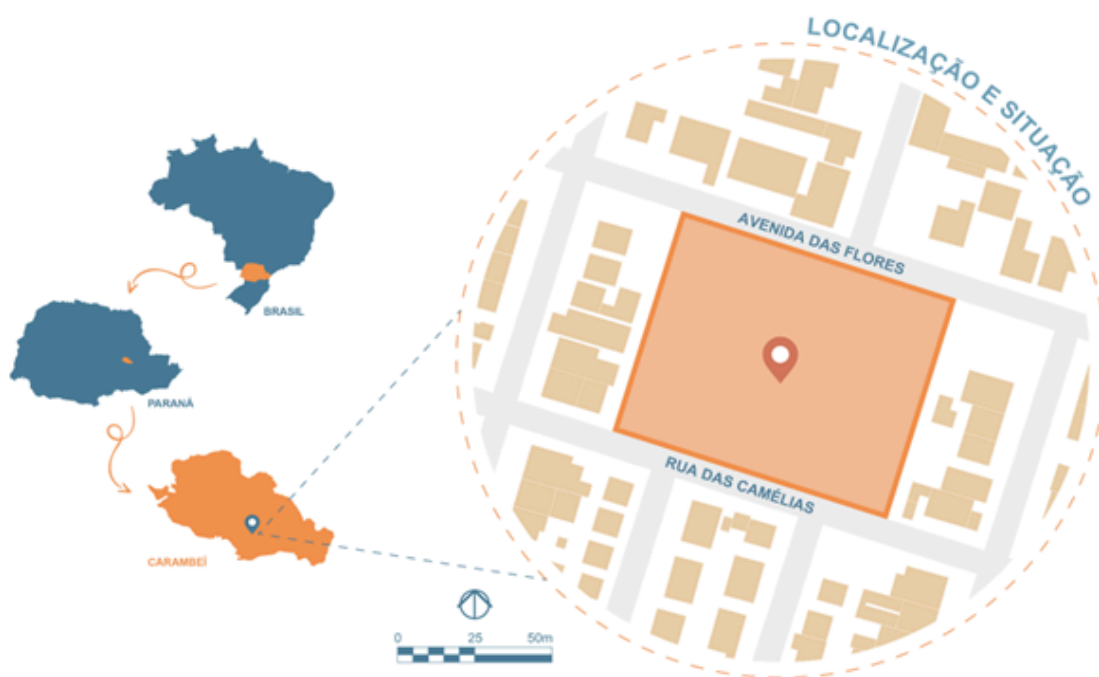
OBRA	FICHA TÉCNICA	CONTRIBUIÇÃO AO PROJETO
MERCADO DE AGRICULTORES DE XIAFU 	LOCALIZAÇÃO: XIAFU, JINHUA - CHINA ARQUITETOS: BENGU STUDIO - XIANG ANO: 2018 ÁREA: - ÁREA DE TERRENO: 734M ²	<p>Trouxe a ideia de abertura e permeabilidade com múltiplos acessos, volumetria marcada pela cobertura como elemento identitário e organização interna clara que separa vendedores e compradores. Essa lógica inspirou a setorização do projeto e a concepção de um mercado acessível, comunitário e adaptado ao terreno.</p>
MERCADO GUADALUPE 	LOCALIZAÇÃO: TAPACHULA, MÉXICO ARQUITETOS: COLECTIVO C733 ANO: 2021 ÁREA: 4145M ² ÁREA DE TERRENO: 7600M ²	<p>Influenciou na sustentabilidade e integração urbana, com uso de materiais locais, cobertura alta para iluminação e ventilação naturais e forte conexão com praças e jardins. Essa escolhas se refletem no projeto, no uso de materiais regionais, estratégias bioclimáticas e espaços externos de convivência que ampliam a função social do mercado.</p>
MERCADO MANÉ 	LOCALIZAÇÃO: BRASÍLIA, BRASIL ARQUITETOS: BLOCO ARQUITETOS ANO: 2022 ÁREA: 4000M ² ÁREA DE TERRENO: 7600M ²	<p>Contribuiu com a noção de pavilhão aberto e flexível, destacando-se pela eliminação de barreiras físicas, circulação fluida, integração de áreas verdes e materialidade simples (blocos aparentes, aço, paisagismo). Inspirou um mercado de caráter pavilhonar, transparente e evolutivo, capaz de receber adaptações futuras e múltiplos usos comunitários.</p>

Fonte: Autora (2025)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O terreno destinado ao anteprojeto está localizado em Carambeí, estado do Paraná, Brasil (Mapa 01). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui área de 649,679 km², população estimada de 24.159 habitantes e densidade demográfica de aproximadamente 35,84 hab./km² (IBGE, 2022). Inserido no Primeiro Planalto Paranaense, Carambeí encontra-se sob o clima Cfb, conforme a classificação de Köppen: subtropical úmido, mesotérmico, com verões frescos, ocorrência de geadas e ausência de estação seca (Bognola, 2002).

Mapa 01 – Localização e Situação do terreno



Fonte: Autora (2025)

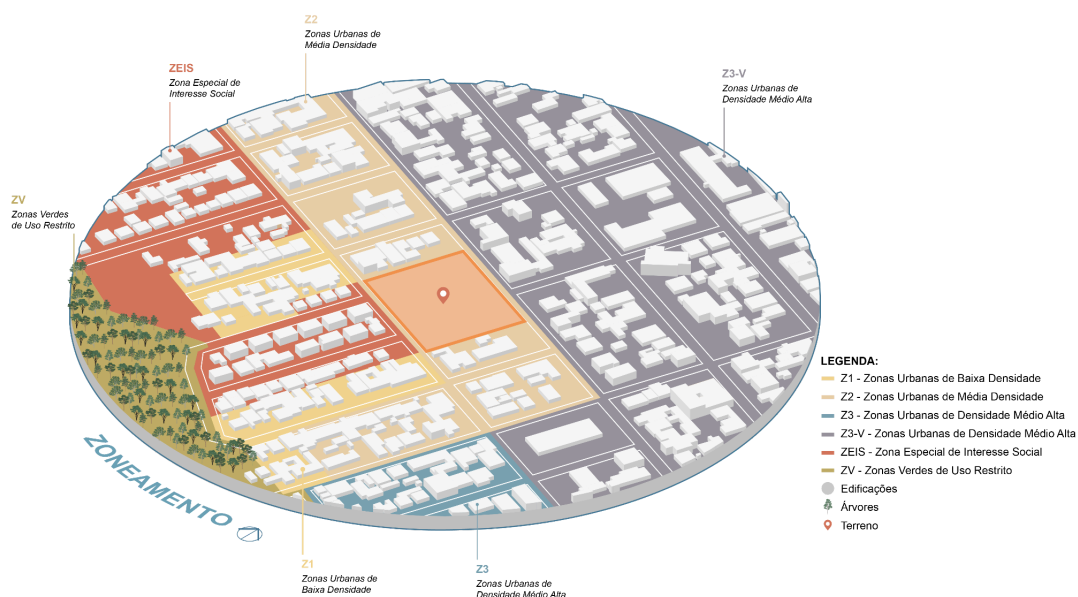
A escolha do terreno do Mercado do Produtor foi orientada por critérios técnicos, urbanísticos e ambientais coerentes com as metas do equipamento: encurtar cadeias de comercialização, ampliar o acesso da população e dinamizar o espaço público. Avaliaram-se, de forma integrada, o estágio de desenvolvimento da

região, os padrões de uso e ocupação do solo, a capacidade da infraestrutura urbana, a acessibilidade multimodal e a circulação viária, as diretrizes de zoneamento, a conformação topográfica e os condicionantes climáticos. As seções seguintes detalham essa leitura e explicitam como esses vetores informam os parâmetros de implantação, funcionamento, e operação do mercado.

No macro posicionamento, a área apresenta elevado potencial estratégico: situa-se na Avenida das Flores, eixo recentemente revitalizado e de forte visibilidade urbana, e encontra-se próxima à PR-151, rodovia estrutural para fluxos regionais de pessoas e mercadorias. Essa combinação favorece o acesso cotidiano do público local, a chegada de visitantes e o escoamento logístico de produtores, elevando a atratividade para atividades comerciais e de serviços.

O terreno de 7.000m² apresenta desnível altimétrico de aproximadamente 5,0 m entre a Avenida das Flores (cota +5) e a Rua das Camélias (cota 0), configurando declive longitudinal com talvegue no miolo do lote.

Mapa 02 – Zoneamento



Fonte: Autora (2025)

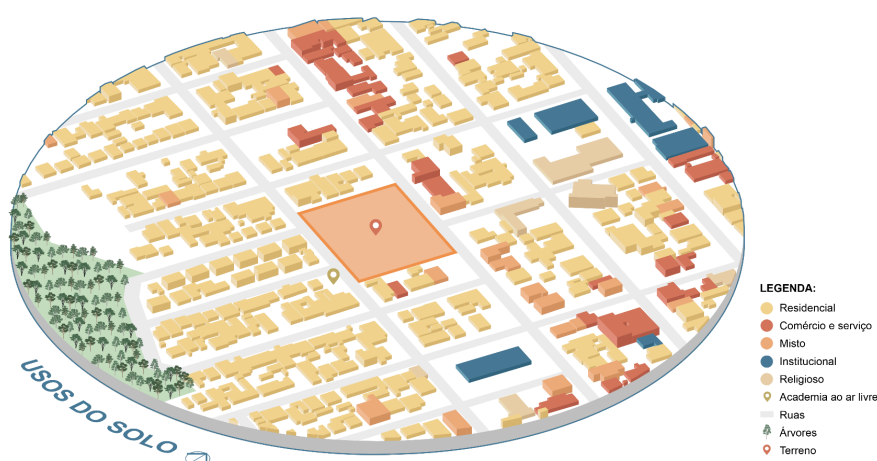
A área situa-se na Zona Urbana de Média Densidade, já estruturada por comércio, serviços e escritórios, o que favorece frentes ativas, circulação de

pedestres e menor necessidade de novas infraestruturas. Esse quadro normativo-morfológico reduz barreiras à implantação do Mercado do Produtor e mitiga potenciais conflitos, oferecendo base sólida para alta integração urbana.

Ao sul, a presença de uma Zona de Interesse Social (ZEIS), com conjuntos residenciais de baixa altura, adensa a mistura de usos e sustenta vitalidade cotidiana, ampliando o público potencial do mercado, inclusive para consumo recorrente e não apenas eventual.

A proximidade do Terminal Rodoviário, hoje subutilizado, cria sinergias de mobilidade e acesso coletivo, permitindo reativar infraestrutura existente (plataformas, sanitários, bilheteria, estacionamento), incentivar a intermodalidade e diminuir a pressão por estacionamento na via. Posicionado nesse gradiente urbano, o mercado opera como ponte programática, conectando demanda residencial e eixos comerciais; ainda, diretrizes operacionais (hierarquia de acessos, sinalização, paisagismo de amortecimento, horários técnicos, rotas acessíveis e travessias seguras) maximizam benefícios e minimizam externalidades. (Mapa 03)

Mapa 03 – Uso do solo



Fonte: Autora (2025)

O terreno situa-se em um eixo de transição urbana, onde coexistem dinâmicas distintas de uso e ocupação. Ao norte, sobressai a vocação comercial com usos mistos, comércio no térreo e habitação/serviços nos pavimentos superiores, típica de centros de cidades de pequeno porte, que fomenta fachadas ativas e a ocupação contínua do espaço público. Ao sul, predomina um tecido residencial de fluxos mais baixos, voltado principalmente à moradia, construindo uma ambiência mais calma e cotidiana. Essa condição de borda, entre comércio pulsante e vizinhança residencial, amplia o alcance, a visibilidade e a capilaridade de públicos. Conclui-se, portanto, que a localização em zona de transição, combinada às condicionantes identificadas, sustenta uma estratégia de implantação integrada, equilibrando demandas de mobilidade e o bem-estar da vizinhança.

O anteprojeto do Mercado do Produtor de Carambeí fundamenta-se no conceito de *placemaking*, “fazer lugar”, entendido como uma abordagem urbana que ultrapassa o desenho físico para construir ambientes significativos a partir da escuta, da participação e das experiências cotidianas da comunidade. Trata-se de criar conexões autênticas entre o espaço e seus usuários, de modo que o projeto reflita valores, memórias e práticas locais. (MDPlan, 2024)

Nessa perspectiva, o mercado deixa de ser apenas uma estrutura de comercialização e passa a configurar uma infraestrutura cívica, moldada coletivamente, que espelha os saberes, as necessidades e as aspirações de quem vive, produz e circula por Carambeí. Parte-se da premissa de que os melhores espaços urbanos são criados com as pessoas e para as pessoas, e que a transformação ganha sentido quando a comunidade assume protagonismo no processo. Valorizando a noção de troca em seu sentido amplo, econômico, cultural, social e afetivo, o projeto propõe um espaço que transcende a função comercial e se afirma como ponto de encontro: um lugar onde produtores e consumidores compartilham não apenas bens, mas também histórias, tradições e experiências, fortalecendo vínculos, pertença e identidade coletiva.

O partido arquitetônico do Mercado do Produtor de Carambeí materializa o conceito de *placemaking* como processo colaborativo de transformação do espaço público em lugar significativo, vivo e inclusivo. O projeto valoriza trocas econômicas, culturais, sociais e afetivas como elementos estruturantes da forma construída e das

relações cotidianas, assumindo postura cívica e pedagógica: um equipamento de encontro, aprendizagem e celebração das culturas locais, alimentar, artesanal, musical, festiva e de ofícios, ancorado na experiência do usuário e no senso de pertencimento comunitário.

A implantação costura o entorno por meio de um sistema de praças, alamedas sombreadas e fruições externas que prolongam a vida do programa para a rua. O conjunto organiza-se em dois blocos principais, conectados por uma rampa de integração entre os diferentes níveis do terreno, favorecendo acessibilidade universal e caminhabilidade. Cada bloco ancora-se a uma via distinta, com acessos no nível do pedestre, frentes ativas e fachadas permeáveis, reforçando a presença urbana do mercado e sua vocação como infraestrutura pública cotidiana.

A volumetria é escalonada em alturas variáveis que respondem à topografia e compõem um perfil reconhecível no horizonte, o volume mais alto atua como marco urbano e mirante para a paisagem. A modulação estrutural regular e as plantas livres asseguram flexibilidade programática (boxes, áreas multiuso e espaços expositivos), permitindo reconfigurações ao longo do tempo sem onerar a operação. A organização espacial separa fluxos público-operacionais e qualifica percursos intuitivos, iluminados e ventilados, reforçando conforto ambiental e clareza de uso.

Os circuitos de carga, descarga e manejo de resíduos são segregados do percurso do visitante, garantindo segurança, eficiência e limpeza. A logística integra estoque comum e centro de triagem com baias por tipologia (orgânicos, recicláveis, óleo etc.), favorecendo separação na origem, economia circular e rotinas sanitárias qualificadas. A rampa e os percursos horizontais adotam inclinações, rebaixos e patamares em conformidade com diretrizes de acessibilidade vigentes, assegurando uso inclusivo por diferentes perfis de público.

A materialidade privilegia técnicas conhecidas e de baixa manutenção, conciliando minimalismo claro com a personalidade do lugar: madeira de reflorestamento, tijolos ecológicos aparentes com dosagens otimizadas, cobogós e brises para sombreamento, ventilação e privacidade. As superfícies honestas evidenciam texturas e ofícios locais, reforçando viabilidade construtiva e facilidade

de manutenção. A linguagem resultante é contemporânea sem perder o vínculo com a cultura material regional.

Em síntese, o partido articula implantação cuidadosa, volumetria responsiva, materialidade sustentável e operação eficiente para constituir um mercado climática e socialmente inteligente. Mais que equipamento de compras, torna-se catalisador de trocas econômicas, culturais e afetivas, peça estruturante de uma urbanidade mais justa, sustentável e viva, apta a evoluir com o tempo sem perder sua identidade.

Figura 02 – Implantação.



Fonte:

Autora (2025)

A proposta volumétrica do Mercado do Produtor parte do princípio de que ventilação, iluminação natural e conforto ambiental são elementos estruturantes da arquitetura. Esses fatores, aliados à acessibilidade universal, à caminhabilidade e à integração urbana, orientam todas as decisões projetuais, resultando em um edifício permeável, convidativo e fortemente conectado ao entorno imediato. A transparência entre interior e exterior, somada a percursos legíveis e a uma hierarquia clara de cheios e vazios, favorece a apropriação cotidiana do espaço e reforça seu caráter público.

A implantação organiza-se a partir da articulação de dois grandes volumes principais, orientados segundo o traçado das vias existentes para dialogar com as frentes urbanas e reforçar a relação direta com o pedestre. Cada bloco se ancora a uma rua específica, criando fachadas ativas e acessos múltiplos que ampliam o fluxo e a leitura do conjunto. Essa disposição, associada a um térreo poroso e a eixos de atravessamento, promove continuidade visual, estimula o uso espontâneo do espaço público e amplia a sensação de segurança. O volume mais alto opera como marco urbano, oferecendo vistas da topografia e do entorno e estabelecendo um vínculo simbólico entre o mercado e a cidade, condição essencial para o pertencimento e a identidade local.

A estratégia de implantação considera de forma integrada o desnível do terreno, a direção predominante dos ventos e a incidência solar. Os blocos, de alturas distintas e afastados entre si, potencializam ventilação cruzada, conforto térmico e iluminação natural, ao mesmo tempo em que organizam fluxos eficientes de usuários. A conexão entre os dois volumes por meio de uma rampa garante uma rota acessível e contínua, transformando a resposta à topografia em oportunidade espacial: o percurso torna-se experiência, costurando as duas frentes urbanas e facilitando a orientação do visitante. Elementos de sombreamento, beirais generosos e vazios estratégicos podem ser incorporados para aprimorar o desempenho passivo, reduzindo a dependência de sistemas mecânicos.

A praça pública integrada constitui o coração cívico do conjunto e um pilar do *placemaking*. Concebida como espaço aberto, democrático e multifuncional, ela funciona como palco para feiras, exposições, eventos culturais e encontros comunitários, ampliando a permanência e a diversidade de usos ao longo do dia e

da semana. Ao articular comércio, encontro e cultura em um mesmo dispositivo urbano, o mercado deixa de ser apenas um equipamento de abastecimento para se afirmar como infraestrutura social viva e pulsante, um lugar de trocas materiais e simbólicas que fortalece o tecido urbano e comunitário.

O Bloco 02 foi implantado junto a uma fachada ativa, com livraria e floricultura, ativando a frente urbana e convidando o pedestre, além de se posicionar na cota ideal para a contemplação da topografia natural na porção posterior do terreno. A vegetação sob o deck e ao longo da rampa principal reforça, visual e simbolicamente, a ideia de que a paisagem sustenta a edificação e acolhe o visitante, proporcionando uma experiência única.

Figura 03 – Perspectiva Subsolo.



Fonte: Autora (2025)

No plano de implantação, especifica-se pavimentação em pedra portuguesa, com paginação única e convidativa, estruturando o pátio frontal destinado a exposições, apresentações e feiras esporádicas; o mesmo revestimento estende-se à calçada do Bloco 01, conectando o edifício à Rua das Camélias e assegurando a continuidade material do conjunto.

Complementam a composição um deck, detalhes, elementos ripados e mobiliário urbano em madeira plástica, material de origem reciclada, de alta durabilidade e baixa manutenção, resistente à umidade, fungos e pragas, que dispensa repinturas, oferece superfície antiderrapante e de fácil limpeza e contribui para a economia circular, asfalto permeável nas áreas de estacionamento e serviços, que favorece a infiltração da água, reduz poças e o risco de aquaplanagem, contribui para a recarga do lençol freático e auxilia na mitigação de ilhas de calor, e postes com luminárias LED alimentadas por energia solar, ampliando a eficiência energética, reduzindo custos operacionais e reforçando o compromisso ambiental do projeto.

Figura 04 – Perspectiva Praça Térreo.



Fonte: Autora (2025)

Conforme a EMBRAPA (2014), o bioma local é a Mata Atlântica, com fitofisionomia de Floresta Ombrófila Mista. A partir desse contexto, o paisagismo do Mercado do Produtor foi estruturado para garantir aderência ecológica, reforço das funções sociais do equipamento urbano e baixa manutenção. Os critérios de seleção privilegiam espécies nativas, fenologia diversificada, sombreamento qualificado, apoio à biodiversidade (polinizadores e avifauna) e sistemas radiculares pouco agressivos, traduzindo as condições ambientais do sítio em conforto

microclimático, legibilidade de usos e experiência sensorial alinhada à identidade de Carambeí.

Entre as árvores estruturantes, destacam-se Guabiju (*Myrcianthes pungens*), Ipê-amarelo (*Handroanthus sp.*) e Capororoca-branca (*Myrsine sp.*). O Guabiju aproxima o projeto de um paisagismo produtivo ao oferecer sombra densa e frutos, oportunidade educativa quando posicionado junto à rampa principal. O Ipê-amarelo cria marcos sazonais com florada invernal, qualificando acessos e eixos de pedestres e atraindo polinizadores. A Capororoca-branca, rústica e adaptada, gera copas acolhedoras e abrigo/alimento para a avifauna. A combinação promove diversidade vertical e sazonal, assegurando sequência de floradas e frutificações ao longo do ano, redução de ilhas de calor e compatibilização com calçadas e fundações por meio de raízes predominantemente pivotantes e manejo adequado.

Nas camadas de sub-bosque e bordas sombreadas, Maranta-charuto (*Calathea lutea*) e Aspidistra criam massas verdes contínuas, robustas e de baixa manutenção. A Maranta, tolerante a sol filtrado e meia-sombra, melhora o microclima e abafa oportunistas; a Aspidistra, com textura uniforme e resistência a fluxo moderado, qualifica percursos sem exigir irrigação intensiva. Para ordenação e leitura espacial, o Buxinho define bordaduras baixas e o Pinheiro-de-buda atua como marcador vertical perene e quebra-vento leve, guiando o público sem barreiras opacas. Em áreas de permanência, a Lavanda introduz faixa aromática, atrai polinizadores e funciona como espécie-indicadora de manejo (sensível a excesso de umidade), reforçando a dimensão sensorial e comunitária do mercado.

O desenho do piso vivo complementa a hierarquia de usos: em passagens e áreas de evento, a grama-esmeralda (*Zoysia japonica*) oferece enraizamento denso, alta resistência ao pisoteio, recuperação rápida e uniformidade do tapete, reduzindo cortes. Nos espaços de estar, a grama-amendoim (*Arachis pintoii*) atua como forração macia e de baixo porte, com florada amarela discreta e fixação biológica de nitrogênio, melhorando a fertilidade do solo, protegendo taludes contra erosão e diminuindo a necessidade de insumos. O contraste entre o tapete regular da esmeralda (circular) e o caráter acolhedor do amendoim (permanecer) torna os usos legíveis ao público e diversifica micro-habitats para insetos benéficos.

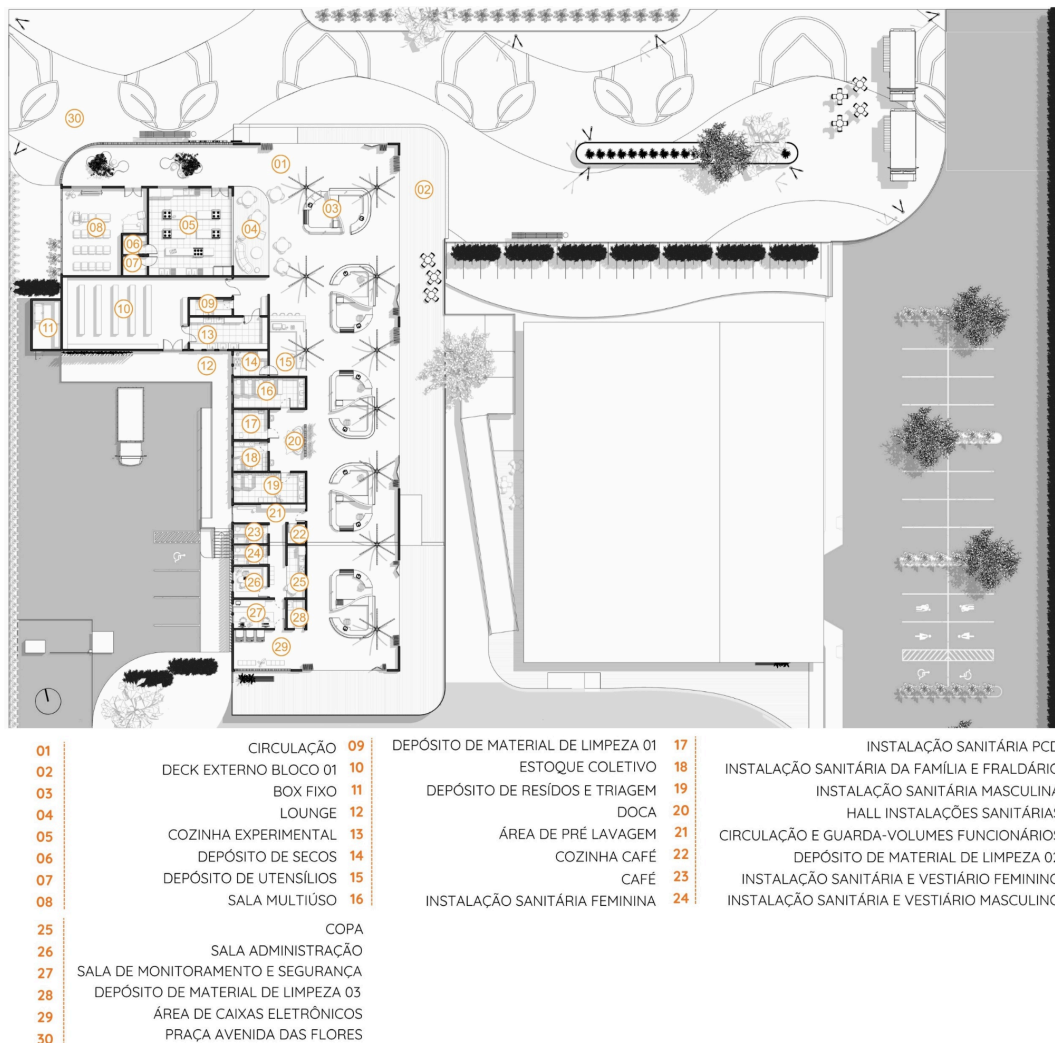
Nos estacionamentos, adota-se asfalto permeável e vagas inclusivas, complementadas por uma vaga rápida destinada tanto à carga/descarga de produtos quanto ao uso por visitantes. A solução permeável reduz o escoamento superficial, diminui poças e respingos, e contribui para a recarga do solo, qualificando o manejo de águas pluviais e o conforto do usuário. As vagas inclusivas promovem equidade de acesso e clareza de uso, reforçando a aderência às diretrizes de acessibilidade e organizando melhor os fluxos. Já a vaga rápida otimiza a rotatividade, evita paradas improvisadas e melhora a segurança operacional no entorno imediato do mercado.

Em paralelo, o projeto valoriza outros modais de transporte: a proximidade com a Rodoviária Municipal favorece a intermodalidade e facilita o acesso de quem chega por transporte coletivo, reduzindo a dependência do automóvel. A escolha de mobiliários com espaço para bicicletas incentiva a mobilidade ativa e o “último trecho” dos deslocamentos, ampliando o alcance do equipamento e qualificando a experiência do usuário. Em conjunto, essas decisões fortalecem a sustentabilidade, diversificam as formas de acesso e tornam o mercado mais acolhedor e eficiente no dia a dia.

O pavimento térreo organiza-se em continuidade física e paisagística à praça e à Avenida das Flores, com setorização nítida e fluxos independentes entre público e serviços. À esquerda, junto à área de carga e descarga e ao estacionamento de colaboradores, concentram-se o setor administrativo e o apoio logístico-operacional, garantindo eficiência no abastecimento, segurança no manejo de mercadorias e mínima interferência sobre a circulação dos visitantes.

No eixo frontal, estrutura-se o componente educacional do programa, composto por uma sala multiuso, flexível para aulas, oficinas e palestras, e por uma cozinha experimental voltada a demonstrações culinárias, capacitação de produtores e atividades abertas ao público. Reforçando a dimensão formativa do mercado e ampliando sua relevância sociocultural. Articulado a ele, um café com lounge promove permanência qualificada, encontros e convivência, consolidando o equipamento como lugar de sociabilidade.

Figura 05 – Planta Baixa Térreo.



Fonte: Autora (2025)

O corredor de boxes fixos foi dimensionado para assegurar acessibilidade universal, ventilação cruzada e abundante iluminação natural, qualificando conforto ambiental e experiência do usuário. Para conveniência e segurança, prevê-se uma área de caixas eletrônicos próxima à sala de monitoramento, com controle e vigilância adequados ao fluxo de pessoas.

A ala de serviços concentra um estoque comum e um centro de triagem de resíduos implantado junto ao depósito correspondente, organizado por tipologia (orgânicos, recicláveis, óleo, entre outros). Essa configuração favorece a separação na origem, reduz o volume encaminhado a aterros, facilita a reciclagem e qualifica as rotinas sanitárias e ambientais, além de racionalizar a logística interna de limpeza e coleta.

Complementam o conjunto uma área de pré-lavagem, que assegura a higienização dos produtos antes da exposição, e depósitos de material de limpeza estrategicamente distribuídos, permitindo a manutenção contínua do edifício sem interferir no atendimento. As áreas de estacionamento e a de carga/descarga adotam pavimento permeável (asfalto drenante), solução que melhora a infiltração, reduz escoamento superficial, mitiga ilhas de calor e contribui para o manejo sustentável das águas pluviais.

Por fim, o deck externo do Bloco 01 transcende a função de simples conexão entre blocos e acesso ao nível inferior, configurando-se como espaço contemplativo. Sua elevação, especialmente no trecho posterior, cria um mirante com vistas privilegiadas da topografia local, proporcionando uma experiência espacial rica e convidativa. Além do valor paisagístico, o deck pode abrigar pequenas atividades culturais e educativas, reforçando o caráter integrador e comunitário do mercado.

No Subsolo, nível da Rua das Camélias, concentra-se o núcleo do mercado. Ali se dispõem boxes fixos, passíveis de locação múltipla, modificação e personalização, organizados para favorecer a convivência e o contato direto entre expositores e público, além de um quiosque de alimentação (como um café) e área de lounge, que ampliam as possibilidades de permanência qualificada. Junto à entrada de serviços, somam-se comércios de fachada ativa, enquanto sala de reunião voltada à associação de produtores familiares, ambulatório e apoios sanitários completam o programa. Previu-se, ainda, vaga rápida de uso compartilhado, carga e descarga de produtos e atendimento a visitantes, agilizando operações cotidianas e evitando paradas improvisadas.

A organização dos acessos veiculares no mesmo nível assegura clareza operacional: visitantes pela lateral direita e serviços pela lateral esquerda, separando fluxos, reduzindo conflitos e qualificando a experiência do usuário e dos expositores. Nesse plano, uma praça de ligação integra os dois blocos à via pública e articula o deck ao conjunto, funcionando como espaço de transição e encontro: o mobiliário urbano convida ao descanso, o sombreamento natural eleva o conforto térmico e a pavimentação texturizada reforça a sensação de acolhimento e

pertencimento, estendendo a vida do mercado para o exterior e consolidando seu papel comunitário.

Figura 06 – Planta Baixa Subsolo.



Fonte: Autora (2025)

A central GLP foi estrategicamente posicionada em local afastado da edificação, garantindo segurança e facilitando o acesso para eventuais manutenções. Já a guarita foi planejada com foco na segurança e no controle de acesso ao empreendimento.

Para o projeto, adotaram-se soluções construtivas sustentáveis e de baixo impacto integradas a desempenho térmico-acústico, funcional e estético. A estrutura principal em madeira de reflorestamento (eucalipto) tratada em autoclave alia

elevada relação resistência/peso, estabilidade e montagem ágil, com possibilidade de industrialização e redução de resíduos. Além de armazenar carbono e reduzir a pegada ambiental frente a sistemas convencionais, a madeira aporta qualidades bioclimáticas e psicossociais, conforto tátil, visual quente e sensação de acolhimento, fortalecendo vínculo e identidade do usuário com o espaço, especialmente quando aparente. Qualificando o conforto ambiental e valorizando a fachada por meio de geometrias artesanais. As aberturas são resolvidas por portas camarão em madeira plástica, permitindo ampla modulação de abertura, boa ventilação, fluidez na circulação e fechamento seguro.

Nas vedações e divisórias, o tijolo ecológico (solo-cimento, sem queima) agrega benefícios ambientais (eliminação da queima e menor emissão), inércia térmica adequada ao clima e isolamento acústico consistente. Seu encaixe modular preciso diminui consumo de argamassa e acelera a execução, garantindo canteiro limpo e racional. Em pontos estratégicos, cobogós cerâmicos geram ventilação cruzada e luz natural difusa, controlando ofuscamento, garantindo privacidade e desenhando jogos de luz e sombra que qualificam a ambiência. Decks, mobiliário urbano, painéis e detalhes em madeira plástica reciclada (WPC) asseguram alta durabilidade, resistência à umidade, fungos e pragas, baixa manutenção (dispensa pintura e verniz) e superfície estável ao toque, qualidades ideais para áreas externas intensivas.

Figura 07 – Perspectiva Interna.



Fonte: Autora (2025)

A cobertura em telha shingle cor canela combina leveza estrutural, excelente estanqueidade e atenuação do ruído de chuva superior às soluções metálicas, favorecendo conforto interno e manutenção simplificada. A paleta quente da telha harmoniza com o eucalipto e as cerâmicas, reduz ofuscamento e reforça uma linguagem coesa. O telhado tipo borboleta centraliza a calha e otimiza a captação de águas pluviais para reuso (irrigação, limpeza e bacias sanitárias), com pré-filtração e reservatório técnico integrados, somando eficiência hídrica ao desempenho térmico (manta impermeabilizante e isolamento), sem abrir mão da leveza e elegância volumétrica.

Por fim, as aberturas generosas e as portas tipo camarão em madeira laminada colada potencializam permeabilidade visual, ventilação abundante e flexibilidade de uso: abrem totalmente para ativar praças e galerias, e fecham com segurança preservando transparência e controle. A expressão estrutural, com pilares escultóricos em “árvore” e cobertura aparente, funciona como linguagem e didática material: legibilidade do sistema, manutenção facilitada, menos revestimentos e estética contemporânea que dialoga com a paisagem. Em conjunto, materiais e sistemas entregam alto desempenho, baixo impacto e longa vida útil, convertendo o edifício em uma infraestrutura cívica acolhedora, eficiente e memorável.

Figura 08 – Perspectiva Subsolo.



Fonte: Autora (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anteprojeto do Mercado do Produtor de Carambeí–PR consolida o mercado público como infraestrutura cívica capaz de articular economia, cultura e urbanidade, promovendo convivência cotidiana, educação alimentar e identidade territorial. Fundamentado na escala humana e nas bordas ativas discutidas por Jacobs (2011) e Gehl (2013), o conjunto qualifica o espaço público ao transformar o ato de comprar em experiência social, fortalecendo laços comunitários e ampliando a visibilidade da agricultura familiar.

Arquitetonicamente, o conjunto evidencia desenho maduro e performático: dois blocos integrados por rampa costuram desníveis e organizam fluxos intuitivos; vãos generosos, ventilação cruzada e iluminação zenital asseguram conforto térmico-acústico, a materialidade honesta, madeira de reflorestamento e cobogós, combina baixo impacto e alta durabilidade; a cobertura leve com isolamento reforça eficiência, o paisagismo de matriz nativa e a infraestrutura verde (jardins de chuva e pavimentos permeáveis) ampliam a permeabilidade e qualificação do caminhar; a acessibilidade universal (NBR 9050) e a gestão de resíduos compõem um conjunto contemporâneo, legível e acolhedor.

No plano socioeconômico, o equipamento encurta cadeias de comercialização, eleva a apropriação de valor pelos produtores familiares e dinamiza a economia de proximidade com boxes flexíveis, cozinha-escola, sala multiuso, café e praça integrada. A localização estratégica na Avenida das Flores potencializa acessos cotidianos e amplia a diversidade de públicos, consolidando o mercado como marco urbano de referência e como espaço de trocas materiais e simbólicas. Em síntese, o projeto oferece uma solução replicável, inclusiva e ambientalmente responsável, que costura campo e cidade e projeta Carambeí como exemplo de urbanidade viva e sustentável. (Jacobs, 2011; Gehl, 2013; Brasil, 2010).

REFERÊNCIAS

AEN – AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Governador e prefeita de Carambeí comemoram a instalação da Ambev no município. *AEN.pr.gov.br*, 22 set. 2023.

Disponível em:

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governador-e-prefeita-de-Carambei-comemoram-instalacao-da-Ambev-no-municipio>. Acesso em: 01 abr. 2025.

ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR 9050:2015 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BERGAMASCO, Sônia Maria de Pinho Pinazza; NORDER, Luiz Alberto. Agricultura familiar e mercados locais: desafios e perspectivas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 243–266, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1043681>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BOGNOLA, I. et al. *Caracterização dos solos do município de Carambeí, PR*. Colombo: Embrapa, 2002.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

DC MAIS. Número de empregos em Carambeí cresce 314%. *DCmais.com.br*, 16 jan. 2024. Disponível em: <https://dcmMais.com.br/campos-gerais/numero-de-empregos-em-carambei-cresce-314>. Acesso em: 02 abr. 2025.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. *O papel da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional*

no Brasil. Brasília: FAO, 2014. Disponível em:
<https://www.fao.org/3/i5173p/i5173p.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

FREITAS, Maria Cristina da Silva. Mercados públicos e espaços urbanos: usos, práticas e apropriações. São Paulo: Annablume, 2012.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova economia rural: desafios para a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

HAURESKO, Cecília; THÉRY, Hervé. Espacialização e dinâmicas contemporâneas da agropecuária paranaense. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 33, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12690>. Acesso em: 06 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Carambeí. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/carambei.html>. Acesso em: 6 set. 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IDR-PR. Plano de ação – Município de Carambeí. Carambeí: IDR-PR. Disponível em:
<https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/Transparencia%20Institucional/TermosCooperacaoMunicipios/2022/C/CarambeiPlano.pdf>. Acesso em: 6 set. 2025.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KOOY, Hendrik Adrianus. *Carambeí 75 anos: 1911–1986: um novo tempo começa*. Carambeí: Edição do Autor, 1986.

LOPES, A.; VASCONCELLOS, M. O mercado municipal como espaço público de sociabilidade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 12, 2010.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 1988.

ONOFRE, Rosas. *A produção social do espaço e o cooperativismo holandês em Carambeí (PR)*. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

PARANÁ. Município de Carambeí. Lei nº 514, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Carambeí. Carambeí: Prefeitura Municipal, 2007.

PARANÁ. Município de Carambeí. Lei nº 531, de 02 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Carambeí. Carambeí: Prefeitura Municipal, 2007.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SUSAF/PR. Curitiba: SEAB, 2024. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br>. Acesso em: 02 out. 2025.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 81–100, 2006. Disponível em: <https://revistas.fct.unesp.br/index.php/cidades/article/view/139>. Acesso em: 29 set. 2025.

RADOMSKI, Maria Izabel; LACERDA, André Eduardo Biscaia de; KELLERMANN, Betina. *Sistemas agroflorestais: restauração ambiental e produção no âmbito da Floresta Ombrófila Mista*. Colombo: Embrapa Florestas, 2014. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1012288>. Acesso em: 17 set. 2025

RANGEL, Mirian. O papel do Estado na agricultura brasileira: uma análise histórica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. 2000.

SANTOS, Hélio dos; PORFÍRIO DA SILVA, Vinícius; FUSARO, Fabio; FERRAZ, Simone. *Panorama da agricultura familiar no Brasil em 2023*. Brasília: Embrapa, 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, 2000.